



São Paulo, 26 de agosto de 2022.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2022.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2022 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 29 de agosto 2022.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

Demonstrações Financeiras

Banco Volkswagen S.A.

30 de junho de 2022

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 e do semestre findo em 30 de junho de 2022.

Desde meados do primeiro trimestre de 2020, trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em junho de 2022. Destaque também para o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil, e a partir do segundo semestre de 2021, Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros, que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 31,2 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 26,1 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 23º colocado entre as instituições financeiras privadas e 30ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 78,2% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 66,7% no segmento de caminhões e ônibus e 76,1% no segmento de automóveis.
- Sólida presença no mercado de capitais, realizamos a décima oferta pública de Letras Financeira, no valor de R\$ 1,0 bilhão de reais. A emissão foi a primeira em três séries, de 2, 3 e 4 anos, e atingiu uma demanda de 1,9 vezes maior que a oferta.
- Rating de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 13,8% em 30 de junho de 2022.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2022 concentraram 91% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

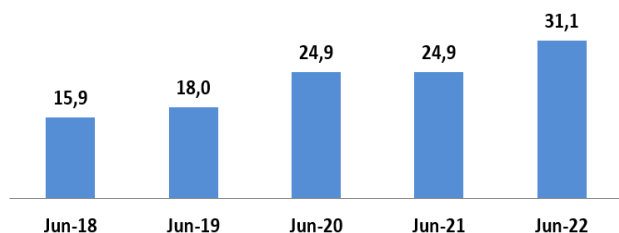
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

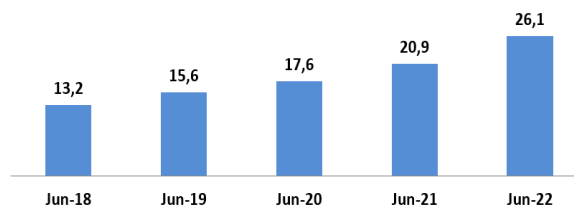
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

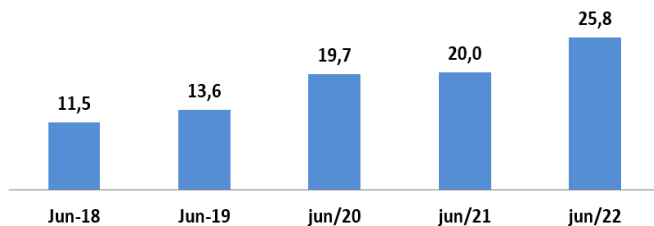
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



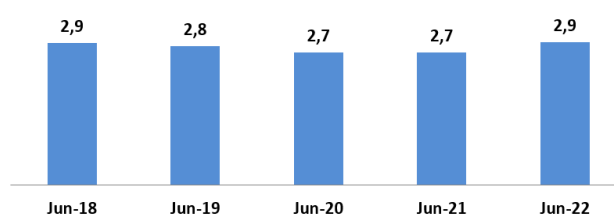
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Resumo do relatório do comitê de auditoria	41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Volkswagen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria--- Continuação

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 30 de junho de 2022, a carteira de operações de crédito era de R\$ 26.142.506 mil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 765.044 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria--- Continuação

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras- Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejada, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais

	2022	2021
ATIVO		
CIRCULANTE	14.493.584	12.802.651
Disponibilidades (Nota 3)	52	111
Instrumentos Financeiros	14.038.807	12.687.227
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.561.430	1.477.133
Relações interfinanceiras (Nota 3)	33	53
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	105.257	41.659
Operações de crédito (Nota 6)	11.749.377	10.933.170
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	622.710	235.212
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	15.374	18.660
Arrendamentos financeiros	15.374	18.660
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(242.156)	(231.433)
Operações de crédito	(232.587)	(222.973)
Operações de arrendamento mercantil	(5.711)	(7.151)
Outros créditos	(3.858)	(1.309)
Outros ativos (Nota 7)	681.507	328.086
NÃO CIRCULANTE	16.642.368	15.110.757
Instrumentos Financeiros	14.044.653	12.749.231
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	93.613	156.612
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	210.163	130.630
Operações de crédito (Nota 6)	13.740.877	12.461.989
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	14.168	13.398
Arrendamentos financeiros	14.168	13.397
Arrendamentos operacionais	-	1
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(522.888)	(474.231)
Operações de crédito	(522.828)	(473.108)
Operações de arrendamento mercantil	(60)	(1.123)
Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))	1.507.934	1.430.108
Outros ativos (Nota 7)	1.139.752	989.058
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	423.826	371.132
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.328	1.741
Imobilizado de uso (Nota 9)	21.490	18.502
Intangível (Nota 10)	70.952	67.763
Depreciações e amortizações	(58.847)	(55.945)
Imobilizado de uso (Nota 9)	(13.065)	(11.731)
Intangível (Nota 10)	(45.782)	(44.214)
TOTAL DO ATIVO	31.135.952	27.913.408

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
CIRCULANTE	15.118.277	13.849.964
Depósitos e demais instrumentos financeiros	14.437.492	13.219.386
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	4.906.559	4.050.450
Recursos de clientes (Nota 12)	5.784.251	6.148.540
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	2.970.115	2.234.620
Dívidas subordinadas (Nota 14)	406.894	204.070
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	577	495
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	369.096	581.211
Outros passivos (Nota 17)	680.785	630.578
NÃO CIRCULANTE	13.107.128	11.239.225
Depósitos e demais instrumentos financeiros	11.386.382	9.770.622
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	2.687.617	2.097.642
Recursos de clientes (Nota 12)	1.627.065	1.613.893
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	5.174.326	3.724.883
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.581.430	1.783.940
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	1.241	20.396
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	314.703	529.868
Provisões (Nota 15)	1.165.395	1.118.068
Outras provisões	1.165.395	1.118.068
Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))	271.852	202.475
Outros passivos (Nota 17)	283.499	148.060
Patrimônio líquido (Nota 18)	2.910.547	2.824.219
Capital social	1.598.883	1.598.883
Reservas de lucros	1.202.473	1.201.426
Outros resultados abrangentes	89.298	23.910
Lucros acumulados	19.893	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.135.952	27.913.408

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.052.786	1.519.320
Operações de crédito	1.905.120	1.497.817
Operações de arrendamento mercantil	2.740	3.746
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	61.443	16.421
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	63.713	(12.008)
Operações de venda de ativos financeiros	19.770	13.344
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.310.989)	(393.542)
Operações de captação no mercado	(1.111.799)	(276.111)
Operações de empréstimos e repasses	(136.640)	(110.292)
Operações de venda de ativos financeiros	(62.550)	(7.139)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	741.797	1.125.778
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 6 (g))	(283.316)	(261.119)
Operações de crédito	(283.271)	(260.922)
Operações de arrendamento mercantil	2.504	(622)
Outros créditos	(2.549)	425
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	458.481	864.659
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(368.517)	(446.367)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	47.515	51.449
Despesas de pessoal	(2.745)	(1.533)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(162.137)	(154.954)
Despesas tributárias	(33.763)	(49.652)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	52.694	34.285
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	73.569	48.333
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(343.650)	(374.295)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(58.025)	(7.474)
Fiscais	(32.311)	(11.994)
Cíveis	(20.017)	2.152
Trabalhistas	(5.697)	2.368
RESULTADO OPERACIONAL	31.939	410.818
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	31.939	410.818
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(6.105)	(96.879)
Contribuição social (Nota 20 (c))	(4.894)	(77.513)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	20.940	236.426
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$ (Nota 19)	0,07	0,76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do semestre	20.940	236.426
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado (Nota 4)	65.388	(2.019)
Hedge de fluxo de caixa	118.887	(3.671)
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários	(53.499)	1.652
Total do resultado abrangente	86.328	234.407
Atribuível a:		
Acionistas da Instituição	86.328	234.407
Participação dos não controladores	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.019)	-	(2.019)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	236.426	236.426
Destinações:								
Dividendos pagos (R\$ 0,93/ação) AGE 22/03/21	-	-	(291.000)	-	-	-	-	(291.000)
Dividendos pagos (R\$ 0,38/ação) AGE 31/03/21	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Reserva legal	-	-	-	11.821	-	-	(11.821)	-
Em 30 de junho de 2021	1.307.883	18.515	-	239.471	1.043.695	(12.425)	104.605	2.701.744
Em 31 de dezembro de 2021	1.598.883	18.515	-	243.778	939.133	23.910	-	2.824.219
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	65.388	-	65.388
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	20.940	20.940
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	1.047	-	-	(1.047)	-
Em 30 de junho de 2022	1.598.883	18.515	-	244.825	939.133	89.298	19.893	2.910.547

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	20.940	236.426
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	2.903	1.978
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(52.693)	(34.285)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	283.316	261.119
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	88.485	89.978
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	63.713	(12.008)
Despesas/(reversões) para outros valores e bens	(13.003)	(14.014)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	58.149	33.734
Tributos diferidos	(61.948)	(22.544)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	389.862	540.384
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(152.155)	(17.819)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(2.311.882)	(2.140.987)
Redução (aumento) em outros ativos	(745.318)	(68.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(146.278)	(298.657)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(3.355.633)	(2.526.040)
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	3.334.531	1.636.145
Aumento (redução) em outros passivos	(190.191)	(59.641)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	3.144.340	1.576.504
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	178.569	(409.152)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.988)	(835)
Aquisição de intangível	(3.189)	(4.297)
Dividendos recebidos	-	412.000
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.177)	406.868
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(88.172)	(57.113)
Dividendos pagos	-	(512.668)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(88.172)	(569.781)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84.220	(572.065)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.477.296	1.708.666
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 3)	1.561.516	1.136.601
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84.220	(572.065)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a partir do segundo semestre de 2021, a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

Em 2020, a Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores à esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.818/20, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

IV- Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(d) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em controladas

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 100,00%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

(h) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 17).

(o) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Total disponibilidades	52	111
Disponibilidades	52	111
Total aplicações no mercado aberto	1.561.430	1.306.068
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	800.202	46.489
Letras do Tesouro Nacional - LTN	630.731	870.151
Notas do Tesouro Nacional - NTN	130.497	389.428
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	-	171.065
Pós-fixado DI	-	171.065
Total relações interfinanceiras	33	53
Relações com correspondentes no país	33	53
	1.561.515	1.477.297

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Tipo	Valor nocional				2022
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	656.067	-	(577)	(3.370)	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	7.513.302	315.420	(1.241)	67.083	89.298
		315.420	(1.818)	63.713	89.298
Circulante		105.257	(577)		
Não circulante		210.163	(1.241)		
2021					
Tipo	Valor nocional				2021
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	1.080.583	2.195	-	3.456	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	6.907.991	170.094	(20.891)	(15.464)	23.910
		172.289	(20.891)	(12.008)	23.910
Circulante		41.659	(495)		
Não circulante		130.630	(20.396)		

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI).

Em 30 de junho de 2022 o valor nocional é de R\$ 7.513.302 (2021 – R\$ 6.907.991), com prazos de vencimentos entre 2022 até dezembro de 2025. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 89.298 (2021 – R\$ 23.910).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

<u>Início</u>	<u>FIDC</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	-	32.281
11/2021	Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five	93.613	124.331
		<u>93.613</u>	<u>156.612</u>
	Não circulante	<u>93.613</u>	<u>156.612</u>

Conforme previsto em Regulamento, no primeiro semestre de 2022, houve a liquidação antecipada do FIDC Driver Four em virtude do cedente exercer a opção de recompra total à medida que o saldo do valor de recebível descontado dos direitos creditórios elegíveis cedidos estava abaixo de 10% (dez por cento).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Instituição em novembro de 2021, lançou o Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2022 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2022	2021
Operações de crédito	25.490.254	23.395.159
Operações de arrendamento mercantil financeiro	29.542	32.057
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	-	217
Outros créditos - títulos e créditos a receber	622.710	235.212
	<u>26.142.506</u>	<u>23.662.645</u>

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações (2021 – R\$ 1) e imobilizado de arrendamento R\$ 1.328 (2021 – R\$ 1.741).

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2022					
Nível de risco	Curso anormal			Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos	Curso normal		
AA	-	-	5.311.916	5.311.916	2.653
A	-	-	15.154.618	15.154.618	78.742
B	330.231	24.681	3.092.128	3.447.040	34.470
C	298.000	14.311	766.875	1.079.186	32.376
D	140.343	10.400	220.550	371.293	37.129
E	84.297	8.585	33.385	126.267	37.880
F	73.945	10.740	94.928	179.613	89.806
G	49.445	8.131	11.042	68.618	48.033
H	244.080	68.444	91.431	403.955	403.955
	<u>1.220.341</u>	<u>145.292</u>	<u>24.776.873</u>	<u>26.142.506</u>	<u>765.044</u>

2021					
Nível de risco	Curso anormal			Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos	Curso normal		
AA	-	-	4.356.546	4.356.546	2.474
A	-	-	14.420.063	14.420.063	74.371
B	234.183	22.922	2.459.552	2.716.657	27.168
C	255.218	12.220	820.442	1.087.880	32.636
D	119.332	11.108	216.665	347.105	34.848
E	79.047	8.440	27.106	114.593	34.378
F	66.820	8.937	124.400	200.157	100.079
G	51.511	8.445	6.492	66.448	46.513
H	224.546	65.382	63.268	353.196	353.197
	<u>1.030.657</u>	<u>137.454</u>	<u>22.494.534</u>	<u>23.662.645</u>	<u>705.664</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2022		
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	271.512	6.494.388	6.765.900
De 181 a 360 dias	232.200	5.360.388	5.592.588
Acima de 361 dias	716.629	12.878.008	13.594.637
	<u>1.220.341</u>	<u>24.732.784</u>	<u>25.953.125</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	12.160	44.089	56.249
De 15 a 60 dias	54.369	-	54.369
De 61 a 180 dias	51.382	-	51.382
De 181 a 360 dias	27.381	-	27.381
	<u>145.292</u>	<u>44.089</u>	<u>189.381</u>
	<u>1.365.633</u>	<u>24.776.873</u>	<u>26.142.506</u>
			2021
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	241.373	5.966.508	6.207.881
De 181 a 360 dias	206.916	4.745.486	4.952.402
Acima de 361 dias	582.368	11.743.738	12.326.106
	<u>1.030.657</u>	<u>22.455.732</u>	<u>23.486.389</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	12.601	38.802	51.403
De 15 a 60 dias	51.096	-	51.096
De 61 a 180 dias	47.324	-	47.324
De 181 a 360 dias	26.433	-	26.433
	<u>137.454</u>	<u>38.802</u>	<u>176.256</u>
	<u>1.168.111</u>	<u>22.494.534</u>	<u>23.662.645</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2022	2021
Pessoas físicas	9.031.411	8.422.322
Outros serviços	9.324.943	8.034.485
Comércio	5.431.675	5.082.605
Indústria	1.721.952	1.475.423
Rural	139.597	110.329
Habitação	409.923	346.985
Intermediário financeiro	83.005	190.496
	<u>26.142.506</u>	<u>23.662.645</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2022		2021	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	275	-	170	1
Bens arrendados	62.115	3.186	65.919	3.812
Depreciação acumulada de bens arrendados	(44.956)	(1.858)	(50.145)	(2.071)
Superveniência de depreciação	29.251	-	30.897	-
Perdas em arrendamento a amortizar	285	-	1.998	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(219)	-	(1.624)	-
Credores por antecipação de valor residual	(17.209)	-	(15.158)	-
	<u>29.542</u>	<u>1.328</u>	<u>32.057</u>	<u>1.742</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2027 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 33.799 (2021 - R\$ 33.304), sendo que desse total R\$ 17.209 (2021 - R\$ 15.157) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
FIDC Driver Five	11/2021	1.139.633	1.116.926
		<u>2.152.861</u>	<u>2.213.733</u>

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
FIDC Driver Four	-	77.216	-	92.163
FIDC Driver Five	688.826	1.036.361	683.799	1.018.916
	<u>688.826</u>	<u>1.113.577</u>	<u>683.799</u>	<u>1.111.079</u>
Circulante	408.370	640.365	369.096	581.211
Não circulante	280.456	473.212	314.703	529.868

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2022		2021
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	705.664	632.741	632.741
Constituição de provisão	283.316	261.119	497.637
Baixas por utilização	(223.936)	(226.596)	(424.714)
Saldo final (i)	<u>765.044</u>	<u>667.264</u>	<u>705.664</u>

Em 30 de junho, foram recuperados créditos no montante de R\$ 202.833 (2021 - R\$ 295.905). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 51.967 (2021 - R\$ 88.506) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 1.421.358 (2021 - R\$ 2.545.899).

No exercício de 2020, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 30 de junho é de R\$ 1.025.973 (2021 - R\$ 1.415.235).

7. OUTROS ATIVOS

	2022	2021
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	946.691	900.836
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	392.868	106.149
Impostos e contribuições a compensar	360.977	218.398
Outros valores e bens	110.821	83.428
Despesas antecipadas	9.902	8.333
Total	<u>1.821.259</u>	<u>1.317.144</u>
Circulante	<u>681.507</u>	<u>328.086</u>
Não circulante	<u>1.139.752</u>	<u>989.058</u>

8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Informações sobre a investida:	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	2022	2021
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	100,00%	100,00%
Lucro líquido nos semestres	52.694	34.285
Patrimônio líquido	423.826	371.132
Resultado de participação em controlada	52.694	34.285
Investimento (i)	423.826	371.132

(i) Na Assembleia Geral Extraordinária de 05 de abril de 2021, houve a aprovação de distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor de R\$ 412.000.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

9. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Total
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Aquisições	1.140	1.140
Depreciação do período	(2.277)	(2.277)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	6.771	6.771
Custo	18.502	18.502
Depreciação acumulada	(11.731)	(11.731)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	6.771	6.771
Aquisições	2.988	2.988
Depreciação do período	(1.334)	(1.334)
Movimentação líquida em 30 de junho de 2022	8.425	8.425
Custo	21.490	21.490
Depreciação acumulada	(13.065)	(13.065)
Valor contábil líquido em 30 de junho de 2022	8.425	8.425

10. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.117	16.223	17.340
Aquisições	830	6.977	7.807
Amortização do período	(558)	(1.040)	(1.598)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.389	22.160	23.549
Custo	19.128	48.635	67.763
Amortização acumulada	(17.740)	(26.474)	(44.214)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.388	22.161	23.549
Aquisições	152	3.037	3.189
Amortização do período	(284)	(1.284)	(1.568)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2022	1.256	23.914	25.170
Custo	19.279	51.673	70.952
Amortização acumulada	(18.023)	(27.759)	(45.782)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2022	1.256	23.914	25.170

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 7.594.176 (2021 - R\$ 6.148.092), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC,e;

- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 115,00% do DI (2021 - 100,00% a 115,00% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento:

	2022		2021	
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME
Até 90 dias	2.253.473	113.719	1.393.861	139.235
De 91 a 365 dias	2.255.252	284.115	2.175.673	341.681
De 1 a 3 anos	2.217.753	326.719	1.529.297	408.833
Acima de 3 anos	-	143.145	-	159.512
Total	6.726.478	867.698	5.098.831	1.049.261
Circulante	4.508.725	397.834	3.569.534	480.916
Não circulante	2.217.753	469.864	1.529.297	568.345

12. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 96,0% a 112,0% do DI, (2021 - 98,0% a 116,0% do DI).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é composta como segue:

	2022	2021
Até 90 dias	1.393.489	1.904.340
De 91 a 365 dias	4.390.762	4.244.200
De 1 a 3 anos	1.579.152	1.591.229
Acima de 3 anos	47.913	22.664
Total	7.411.316	7.762.433
Circulante	5.784.251	6.148.540
Não circulante	1.627.065	1.613.893

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até junho de 2026, (2021, com vencimento até dezembro de 2025), indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI.

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais

Com a adesão ao SPB, no segundo semestre de 2020, a Instituição se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2022, do montante abaixo, R\$ 1.318.708 (2021 - R\$ 1.246.505), referem-se a essas operações e são indexados em 100% de Selic + 0,74% a.a..

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Até 90 dias	458	180.878
De 91 a 365 dias	2.969.657	2.053.742
De 1 a 3 anos	3.950.186	3.186.437
Acima de 3 anos	1.224.140	538.446
	<u>8.144.441</u>	<u>5.959.503</u>
Circulante	<u>2.970.115</u>	<u>2.234.620</u>
Não circulante	<u>5.174.326</u>	<u>3.724.883</u>

14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Até 1 ano	143.200	73.876	406.894	204.070
De 1 a 3 anos	168.818	237.135	472.367	637.186
De 3 a 5 anos	657.516	689.655	1.109.063	1.146.754
	<u>969.534</u>	<u>1.000.666</u>	<u>1.988.324</u>	<u>1.988.010</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 9,8% ao ano (2021 – 8,7% a 9,9% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$1.746.365 (2021 – R\$1.216.297). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 929.950 (2021 – R\$ 542.268).

15. PROVISÕES

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.165.300	1.117.978
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	95	90
	<u>1.165.395</u>	<u>1.118.068</u>
Não circulante	<u>1.165.395</u>	<u>1.118.068</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	78.529	74.144	21.262	20.700
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	243.194	228.112	36.123	34.646
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	150.485	146.691	100.728	96.459
Obrigações legais (Nota 16 (c))	693.092	669.031	788.578	749.031
Total	1.165.300	1.117.978	946.691	900.836
Não circulante	1.165.300	1.117.978	946.691	900.836

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2022	2021	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.117.978	1.092.445	1.092.445
Constituição	28.915	52.421	130.572
Reversão	(22.871)	(58.775)	(104.797)
Baixa	(10.827)	(47.555)	(60.421)
Atualização monetária	52.105	40.088	60.179
Saldo final (i)	1.165.300	1.078.624	1.117.978

(i) O impacto na Demonstração de Resultado, classificados na rubrica reversão/(despesas) de provisão no montante de R\$ 58.025 (30 de junho de 2021 – R\$ 7.474) e registrado na rubrica de contribuição social, o montante de R\$ 124 (30 de junho de 2021 – R\$ 26.260).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 70.875 (2021 - R\$ 69.028) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2021 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 662.289 (2021 - R\$ 638.082) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 29.177 (2021 – R\$ 29.495).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributárias		
IOF (i)	811.770	792.478
IRPJ/CSLL (ii)	371.295	360.405
ISS (iii)	406.492	373.472
Outros	144.154	115.933
	<u>1.733.711</u>	<u>1.642.288</u>
Cíveis		
Ações revisionais	8.302	8.232
	<u>8.302</u>	<u>8.232</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e contribuições a pagar	336.301	301.106
Resultado de exercícios futuros	258.440	120.801
Contas a pagar	96.184	99.938
Contratos de financiamentos a pagar	79.823	110.001
Recebimentos em trânsito a processar	142.932	88.612
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10.658	12.922
Outros	39.946	45.258
Total	<u>964.284</u>	<u>778.638</u>
Circulante	<u>680.785</u>	<u>630.578</u>
Não circulante	<u>283.499</u>	<u>148.060</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2021 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo a parte do lucro líquido do primeiro trimestre do exercício de 2021, a título de dividendos obrigatórios, superior ao mínimo requerido, no montante de R\$ 120.000 O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi deliberado o aumento de capital, com a capitalização de parte das reservas especiais de lucros no montante de R\$ 291.000, sem a emissão de novas ações e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de setembro de 2021.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do semestre	20.940	236.426
Denominador		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,07	0,76

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo único do Art. 10 da Resolução CMN nº 4.842/20 do Banco Central do Brasil. O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.507.934 (2021 - R\$ 1.430.108) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 849.315 (2021 - R\$ 828.528) e contingências no montante de R\$ 224.102 (2021 - R\$ 210.458). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 271.852 (2021 - R\$ 202.475) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 180.751 (2021 - R\$ 167.534) e de superveniência de depreciação R\$ 13.163 (2021 - R\$ 13.904), com prazo de realização em 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

(a) Créditos tributários - período de realização

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>De 2027 a 2032</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	194.557	159.852	254.714	22.500	7.077	869.234	1.507.934

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.134.901 (2021 - R\$ 1.076.033) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	<u>Créditos tributários</u>			<u>Passivos tributários diferidos</u>		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>		<u>2022</u>	<u>2021</u>	
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Saldo inicial	1.430.108	1.416.919	1.416.919	202.475	166.974	166.974
Constituição	762.928	329.859	976.206	75.027	123.096	47.331
Realização	<u>(685.102)</u>	<u>(306.187)</u>	<u>(963.017)</u>	<u>(5.650)</u>	<u>(123.619)</u>	<u>(11.830)</u>
Saldo final	<u>1.507.934</u>	<u>1.440.591</u>	<u>1.430.108</u>	<u>271.852</u>	<u>166.451</u>	<u>202.475</u>

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	31.939	410.818
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14.372)	(184.868)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(13.487)	(4.689)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	23.712	15.428
Outros	<u>(6.852)</u>	<u>(263)</u>
Imposto de renda e contribuição social nos semestres	<u>(10.999)</u>	<u>(174.392)</u>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2022	2021	2022	2021
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(63.981)	(68.934)	(3.572)	(313)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(262.645)	(221.816)	(12.524)	(4.815)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(70.243)	(50.230)	(3.148)	(541)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.281)	(3.129)	(118)	(19)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(151.493)	(98.258)	(6.048)	(182)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	-	112.316	777	2.407
Depósitos a prazo	(230.585)	(323.149)	(14.512)	(11.740)
Contas a pagar	(14.598)	(17.734)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(85.771)	(73.018)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	-	(108.747)	(7.006)	(1.293)
Operação de crédito	-	33.982	475	2.481
Títulos e créditos a receber	-	23.460	-	21
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.916.620)	(2.685.640)	(72.470)	(15.259)
Letras financeiras subordinadas	(1.988.324)	(1.988.010)	(88.485)	(89.978)
Contas a receber – valores a ressarcir	120.125	36.429	102.128	85.290
Arrendamento mercantil financeiro	1.382	1.516	49	36
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.042.368)	(1.735.506)	(92.023)	(15.164)
Contas a receber – valores a ressarcir	18.631	402	2.666	258
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(21.934)	(20.810)	(1.124)	(74)

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2022	2021	2022	2021
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(572.081)	(528.413)	(29.146)	(3.687)
Contas a receber – valores a ressarcir	41	40	252	1.543
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	(424)	(412)	(2.149)	-
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	(9.215)	-	(9.215)	(9.934)
Contas a receber – valores a ressarcir	662	-	623	871
Volkswagen Bank GmbH				
Contas a pagar	-	(1.214)	-	-
VW Software Asset Management GmbH				
Contas a pagar	(1.252)	-	(1.252)	(991)
Ducati do Brasil Indústria e Comércio				
Contas a receber – valores a ressarcir	94	290	51	501
LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A.				
Depósitos a prazo	(327.741)	-	(26.959)	-
Operação de crédito	36.861	-	320	-
Títulos e créditos a receber	146.267	-	637	-
LM Transportes Serviços e Comércio Ltda				
Depósitos a prazo	(41.174)	-	(347)	-
Operação de crédito	6.998	-	79	-

Durante o semestre de 2021, foram pagos dividendos para a acionista Volkswagen Participações Ltda (Nota 18) e foram recebidos dividendos da controlada Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. (Nota 8).

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

	2022	2021
Benefícios de curto prazo	7.069	5.334
Benefícios pós-emprego	118	87
Outros benefícios de longo prazo	535	250
	<u>7.722</u>	<u>5.671</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 30 de junho de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Valor	Valor justo	Valor	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.561.515	1.561.515	1.477.297	1.477.296
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	93.613	93.613	156.612	156.612
Instrumentos financeiros derivativos (i)	315.420	315.420	172.289	172.289
Operações de crédito e arrendamento mercantil	24.759.938	23.136.725	22.724.603	20.998.290
Outros ativos	380.486	380.486	96.236	96.236
Total de ativos financeiros	<u>27.110.972</u>	<u>25.487.759</u>	<u>24.627.037</u>	<u>22.900.723</u>
Recursos de instituição financeira (ii)	7.594.176	7.594.176	6.148.092	6.148.092
Recursos de clientes (iii)	7.411.316	7.411.316	7.762.433	7.762.433
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	8.144.441	8.144.441	5.959.503	5.959.503
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.818	1.818	20.891	20.891
Dívidas subordinadas (iv)	1.988.324	2.180.552	1.988.010	2.074.539
Outros passivos (v)	1.021.421	1.021.421	1.553.662	1.553.662
Total de passivos financeiros	<u>26.161.496</u>	<u>26.353.724</u>	<u>23.432.591</u>	<u>23.519.120</u>

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

(ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

(v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	Em 30 de junho de 2022				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.561.430	1.561.430	-	-	1.561.430
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	93.613	93.613	-	-	93.613
Instrumentos financeiros derivativos	315.420	-	315.420	-	315.420
Total de ativos financeiros	1.970.463	1.655.043	315.420	-	1.970.463
Instrumentos financeiros derivativos	1.818	-	1.818	-	1.818
Passivos financeiros mensurados a valor	8.226.719	-	8.226.719	-	8.226.719
Total de passivos financeiros	8.228.537	-	8.228.537	-	8.228.537

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.477.133	1.477.133	-	-	1.477.133
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	156.612	156.612	-	-	156.612
Instrumentos financeiros derivativos	172.289	-	172.289	-	172.289
Total de ativos financeiros	1.806.034	1.633.745	172.289	-	1.806.034
Instrumentos financeiros derivativos	20.891	-	20.891	-	20.891
Passivos financeiros mensurados a valor	7.209.825	-	7.209.825	-	7.209.825
Total de passivos financeiros	7.230.716	-	7.230.716	-	7.230.716

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais. A fim de determinar as operações financeiras sujeitas ao gerenciamento do risco socioambiental serão considerados também aspectos legais, de risco de crédito e risco de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	2022	2021
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.689.064	3.189.694
Nível I	2.759.114	2.647.426
Capital principal	2.759.114	2.647.426
Patrimônio Líquido	2.910.546	2.824.219
Ajustes prudenciais	(151.432)	(176.793)
Nível II	929.950	542.268
Instrumentos de dívida subordinada ⁽⁴⁾	929.950	542.268
Ativos ponderados pelo risco - RWA	26.641.348	23.635.986
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	25.258.152	22.333.875
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽²⁾	1.383.196	1.302.111
Índice de Basileia - Total	13,85%	13,50%
Capital nível I	10,36%	11,20%
Capital principal	10,36%	11,20%
Capital nível II	3,49%	2,30%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

(4) Conforme Resolução BCB nº 122/21, novas Letras Financeiras foram adicionadas na composição do PR nível II com previsão de extinção permanente do direito de crédito contra a instituição emissora.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% (2021 – 10,0%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 6,5% (2021 – 6,5%) entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% (2021 – 8,0%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia do foi de 13,8% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 10,4% em 30 de junho de 2022.

(c) Outras despesas administrativas

	2022	2021
Despesas com serviços especializados	133.926	123.346
Despesas com registro de contrato	18.950	24.184
Despesas com publicidade	1.003	1.122
Despesas com depreciação e amortização	2.903	1.978
Despesas de comunicação e manutenção	2.047	2.300
Outras despesas administrativas	3.308	2.024
	<u>162.137</u>	<u>154.954</u>

(d) Outras receitas operacionais

	2022	2021
Recuperação de encargos e despesas (i)	20.330	19.744
Variação monetária ativa	31.257	9.658
Reversão de provisões (ii)	18.581	16.968
Outras receitas operacionais	3.401	1.963
	<u>73.569</u>	<u>48.333</u>

(i) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) Refere-se, a reversão de provisões ativas.

(e) Outras despesas operacionais

	2022	2021
Despesas com descontos concedidos	116.286	191.059
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	140.478	121.060
Despesas com busca e apreensão	47.857	35.489
Despesas com provisões operacionais (ii)	5.578	2.954
Outras despesas operacionais	33.451	23.733
	<u>343.650</u>	<u>374.295</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais**

- (i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.
(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021. Detalhamos abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado recorrente	32.421	267.673
Resultado não recorrente	(11.481)	(31.247)
Provisão para devedores duvidosos (i)	(11.481)	(31.247)
Lucro líquido dos semestres	<u>20.940</u>	<u>236.426</u>

- (i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2022 totaliza R\$ 9.463 (2021 - R\$ 8.979), cuja provisão é de R\$ 95 (2021 - R\$ 90), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Desde o primeiro semestre de 2020, períodos que vem se destacando por ser desafiador devido à pandemia causada pelo Covid-19, iniciada no final do primeiro trimestre. A Instituição, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

LEONARDO VIEIRA DA ROCHA
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

*

*

*

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49
N.I.R.E. nº 35.300.060.091

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e anteriormente da Resolução nº 3198/2004 (revogada), foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Este Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial Volkswagen Financial Services Brasil, que engloba o Banco Volkswagen propriamente dito e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), em atendimento à Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 02 (dois) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Rodrigo Otávio Rocha Capuruço, eleito como Membro Qualificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019 e reeleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, e Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Membro na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições para com o Conglomerado Prudencial Volkswagen Financial Services Brasil: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar a efetividade, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, a qualificação e a independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; e (iv) revisar as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas apresentações efetuadas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2022, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e

consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, jurídico, tributário, compliance, controles internos e contabilidade com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos. A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2022 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2022, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não tendo existido divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

Comitê de Auditoria

Rodrigo O. R. Capuruço – Membro Qualificado

Luis Fabiano A. Penteado – Membro